

***DEPOIS DA BONANÇA,
MAIS QUATRO ANOS DE CASTIGO***
RELAÇÕES DIALÓGICAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Patricia Ferreira Neves Ribeiro (UFF)
patleitura@gmail.com

1. Considerações iniciais

No âmbito escolar, o artigo de opinião – tomado como um gênero textual aparentemente monofônico – tem sido diferenciado da notícia no que diz respeito à sua natureza polifônica. Partido de uma abordagem diferente da encontrada, muitas vezes, na sala de aula ou ainda pouco explorada nas aulas de língua portuguesa, objetivamos examinar o funcionamento dialógico e/ou polifônico do gênero textual artigo de opinião.

A partir da proposta de avaliar o referido gênero face à situação enunciativa, acreditamos, em consonância com Cunha (2005), que o artigo de opinião, fazendo uso ou não de uma heterogeneidade mostrada, seja fundamentalmente dialógico.

Para investigar o funcionamento dialógico do gênero textual supracitado, elegemos dois artigos assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa. Mais especificamente, será anali-

sado, no escopo do modo enunciativo do discurso de Villas-Bôas, um recorrente e instigante fenômeno linguístico: a re-núnciação proverbial.

Consideramos que a nova roupagem dos provérbios re-criados por Villas-Bôas Corrêa, em que um dizer se funda sobre outro dizer, seja valioso material para flagramos, também nos artigos de opinião, relações dialógicas que os constituem.

2. Aspectos teóricos e metodológicos

A partir da proposta enunciada, selecionamos dois artigos opinativos de Villas-Bôas Corrêa, a saber: “A apoteose da impunidade parlamentar” e “Um partido para qualquer serviço”, publicados pelo *Jornal do Brasil* em 05 de maio de 2006 e 02 de junho de 2006, respectivamente.

Em vista do objeto de estudo selecionado, adotamos uma orientação teórica em que são conjugados pressupostos relativos ao discurso e à enunciação. Para apontar os princípios relacionados ao uso discursivo dos provérbios, nos ancoramos no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação semiolinguística de Patrick Charaudeau e, a fim de explicitá-los como signos da subjetividade linguística, recorremos a estudos enunciativos que incidem, especialmente, sobre as teorias oriundas de Benveniste e Bakhtin.

De Charaudeau (1992), apropriamo-nos da noção de contrato comunicativo e da teoria dos modos de organização do

discurso. De Benveniste (1988), extraímos o importante passo de acessar o sujeito pela perseguição aos vestígios linguísticos que deixa no enunciado. De Bakhtin (1992), os importantes conceitos de dialogia e de polifonia que fazem ver a enunciação como puro produto da interação social.

Para Bakhtin, a voz individual só é percebida ao integrar-se ao conjunto de outras vozes presentes. É dentro desse contraste de vozes (tanto a do interlocutor quanto a de outros discursos que constituem qualquer discurso) que se estabelece a dialogia.

Ancorando-se nessa concepção dialógica da linguagem, a linguista Jacqueline Authier-Revuz (1982), aplicando um recorte linguístico à heterogeneidade enunciativa, destaca-a em dupla dimensão: a da heterogeneidade mostrada/ marcada e a da heterogeneidade constitutiva.

Em seu trabalho de análise das marcas linguísticas, Authier-Revuz (*op. cit.*) chama de heterogeneidade marcada aquela que se constitui no próprio fio discursivo, pondo em contraste a identidade/alteridade do sujeito. Articulada às marcas da heterogeneidade mostrada está a heterogeneidade constitutiva da linguagem, não aparente na superfície discursiva, mas possível de ser reconhecida pela relação que qualquer discurso estabelece com outros discursos.

O princípio da heterogeneidade mostrada e o da heterogeneidade constitutiva vinculam-se, respectivamente, a dois relevantes e distintos conceitos: o da intertextualidade e o da in-

terdiscursividade. A esse respeito, Barros (2003) chama a atenção sobre a necessária distinção entre dialogismo e polifonia. Mostra que o primeiro, correspondendo à interdiscursividade, liga-se, logo, à heterogeneidade constitutiva e que o segundo, relacionando-se à intertextualidade, trata-se de fenômeno, portanto, da heterogeneidade mostrada.

Sob esse enquadre, podemos dizer que o processo intertextual (polifônico) supõe o da interdiscursividade (dialógico) apesar de o contrário não ser verdadeiro. Isso porque, embora seja próprio da interdiscursividade o diálogo interno de vozes sociais, não se supõe, neste caso, o encontro deliberado do eu com o outro.

Na esteira de Bakhtin, Barros (2003) emprega o termo polifonia como um aspecto de textos nos quais se deixam entrever muitas vozes, em oposição aos textos monofônicos, que ocultam seus diálogos constitutivos. Ao termo dialogismo, por sua vez, assegura-se o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso.

Em linhas gerais, a intertextualidade nasce da deliberada intenção de amostragem (implícita ou explícita) do outro e se assenta sobre um entrecruzamento de vozes mostradas: a voz matriz e a voz derivada.

A intertextualidade supõe um novo modo de leitura, que altera a linearidade do texto, já que cada referência intertextual é, na perspectiva do analista, o espaço de uma alternativa entre ver o fragmento intertextual como parte sintagmática do texto

ou como elemento paradigmático *deslocado* e originário de uma sintagmática esquecida. Já na ótica do leitor comum, esses dois processos operam simultaneamente na leitura da palavra intertextual, “semeando o texto de bifurcações que lhe abrem, aos poucos, o espaço semântico” (JENNY, 1979, p. 21). Na instauração dessas bifurcações ocorre que a voz derivada (eu) assimila e transforma deliberadamente a voz matriz (outro) quer para captá-la quer para subvertê-la.

Nesse momento faz-se necessário traçar um paralelo entre o movimento intertextual da captação e da subversão e de dois elementos (determinados intertextualmente) úteis ao propósito deste trabalho, a saber: a paráfrase e a paródia.

Especificamente, com relação à reenuniação proverbial, Ingedore Koch (2006) vai mostrar que, no movimento intertextual, a voz derivada imita deliberadamente a voz matriz para captá-la ou subvertê-la. Gréssilon e Maingueneau (1984) atestam que esses dois processos – o de captação e o de subversão – são um *détournement*, sendo o primeiro introduzido com vistas a que se siga a orientação argumentativa da versão original, no sentido de continuidade semântica, numa espécie de intertextualidade das semelhanças (por paráfrase), e o segundo como reorientação da versão original, não no sentido devastador, destruidor, mas renovador, numa espécie de intertextualidade das diferenças (por paródia).

Em termos metodológicos, examinamos, em nível qualitativo, o movimento intertextual da reenuniação proverbial em Villas-Bôas Corrêa, sob uma Linguística da Enuniação em du-

plo recorte (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980) o da *enunção ampliada* (condições extradiscursivas) e o da *enunção restrita* (condições intradiscursivas).

Diante disso, organizamos o exame do *corpus* em uma sequência que prevê as seguintes etapas:

1. Apresentação do tema abordado na notícia que, no caso da pesquisa, está identificada ao *mundo comentado*;

2. Exame dos mecanismos linguísticos atrelados à enunção proverbial e estruturados ora por apelo ao recurso da paródia, ora por apelo à paráfrase, com vistas à apreciação do dialogismo mostrado e constitutivo em artigos de opinião.

3. *Análise de dados e resultados*

Investiguemos, então, o texto de Villas-Bôas Corrêa, intitulado “A apoteose da impunidade parlamentar”, de 05 de maio de 2006. Tratando da informação como um acontecimento comentado (CHARAUDEAU, 2006a), o texto tem, sobretudo, o propósito de discutir as impunidades no poder Legislativo no ano de 2006.

No âmbito da macroestrutura argumentativa do artigo analisado, encontramos um argumento confeccionado como paródia de um dito consagrado, o que faz soar a voz parcial do sujeito enunciador em meio ao discurso da tradição. Podemos comprovar pelo exemplo fornecido a seguir a atuação paródica do argumento averiguado: da *construção fonte*: “Uma mão lava

a outra”, à *construção derivada*: “Uma mão *suja ajuda a emporcalhar* a outra”.

De um trecho extraído do artigo podemos depreender o exemplo supracitado:

... em lance duplo das pedras no tabuleiro da desfaçatez, o plenário, reverente ao tácito acerto superpartidário de que *uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra*, absolveu o deputado Josias Gomes, flor petista do buquê baiano, acusado pela CPI dos Correios de sacar R\$100 mil do valerioduto. No mesmo dia, o Conselho de Ética, virado pelo avesso, livrou o deputado Vadão Gomes (PP-SP), que mais ganancioso no bote à mesma fonte, embolsou R\$3,7milhões.

No que concerne à configuração argumentativa, vale dizer que a reenunciação em tela, inserida no quadro dos argumentos, constitui-se como prova de sustentação da seguinte tese: “A Câmara consagrou a impunidade parlamentar como mais uma das imunidades que adornam o mandato”.

A fim de provar que a Câmara legitimou a impunidade parlamentar, o sujeito enunciador faz da *reformulação* em análise um argumento de ilustração. Em outras palavras, a impunidade a que a tese se refere está ilustrada, metaforicamente, em *uma mão suja* e o empenho por lhe garantir legitimidade, pela expressão *ajuda a emporcalhar a outra*.

Sendo, portanto, um argumento, a reenunciação *uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra* é categoria flagrada como um elemento estruturador do artigo focalizado.

Interessa notar que a proposição referenciada seria perfeitamente fundamentada pela simples menção aos casos dos par-

lamentares Josias Gomes (PT) e Vadão Gomes (PP), que aparecem em seguida ao provérbio *reformulado*. Ao absolver o deputado do PT Josias Gomes e, no mesmo dia, livrar de acusações o deputado do PP Vadão Gomes, o plenário está, comprovadamente, legitimando a impunidade parlamentar. Por essa mera citação, estaria assegurada a autenticidade jornalística, alicerçada em fatos que testemunham a verdade da tese em questão.

Entretanto, o dito derivado abre uma fresta para descobrirmos do fato, objetivamente constatado, a face subjetiva do enunciador. Não obstante o dito derivado já ser, no campo da enunciação ampliada, categoria argumentativa estruturadora do artigo em questão, apresenta-se, no âmbito da enunciação restrita, também como bússola a mapear a imagem do enunciador e a situação dialógica do artigo.

Estabelecendo uma correspondência entre o dito original e sua versão derivada, podemos alcançar a parcialidade que essa nova versão instaura e o claro diálogo entre a voz da tradição e a da inovação.

A nova versão resulta da substituição dos termos *uma mão e lava por uma mão suja e ajuda a emporcalhar*, respectivamente. Essa alteração, pautada na estrutura já cristalizada, promove a inserção de termos que se relacionam à argumentação proposta.

Ajusta-se ao universo referencial da notícia comentada, a ideia prescrita pelo provérbio de que muitas coisas não poderão ser efetuadas se não houver ajuda mútua, isto é, de que da união

de esforços é que resultam benefícios para ambas as partes. Mostra o enunciador que tanto os partidários petistas ajudaram a absolver o deputado do PP, Vadão Gomes, quanto os do PP colaboraram na absolvição do baiano do PT, o parlamentar Josias Gomes; ambos envolvidos no escândalo do valerioduto.

Na comparação entre as duas versões, percebemos que a precisa caracterização do termo *mão*, por meio do adjetivo *suja*, e a substituição, por oposição, do verbo *lava* por *emporcalha* são feitas com vistas a se especificar a natureza do acordo tácito entre o PT e o PP. Embora o sentido de ajuda mútua, perpetuado pelo provérbio fonte, permaneça no dito derivado, ao reescrevê-lo, o enunciador pretende ressaltar a natureza *podre* da referida troca de favores.

Por meio desse procedimento, o provérbio *Uma mão lava a outra* é não somente recuperado para o universo da argumentação, como tem também especificada a sua carga referencial e argumentativa. À verdade geral e imemorial do provérbio, juntam-se elementos próprios de questões locais da atualidade, como a retratada pela argumentação em foco. Desse modo, a construção derivada ... *uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra* tanto aponta para o campo da tradição proverbial como para o universo contemporâneo da notícia debatida.

Sob esse ângulo, o enunciador não só se apropria do dito a partir de seu valor conotativo, consensual: *faz-me um favor que eu lhe faço outro*, como o reedita sob a aura da denotação, do pessoal: uma mão **não** limpa propriamente a outra; logo, ambas se emporcalham.

O outro exemplo que integra o *corpus* foi retirado do texto *Um partido para qualquer serviço*, de 02 de junho de 2006, e pode ser assim especificado: da *construção fonte*: *Depois da tempestade, vem a bonança*, à *construção derivada*: *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*.

Nesse artigo, o enunciador defende a ideia de que o candidato Lula, buscando sair novamente vitorioso das urnas, utiliza a prerrogativa da reeleição para garantir aliados. Beneficiando-se da máquina administrativa, enquanto apenas *suposto* candidato à presidência, Lula promove alianças com o PMDB e procura agradar a alguns segmentos da sociedade, como os militares, os aposentados, os professores etc.

Em face disso, o articulista arremata o texto formulando a seguinte conclusão: *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*, que se trata de uma versão derivada do provérbio *Depois da tempestade, vem a bonança*.

O provérbio reenunciado em questão tem mesmo um efeito conclusivo visto não só fazer uma referência sintética aos benefícios a que estão expostas as categorias supracitadas, pela citação ao termo *bonança*, como também extrapolar esse problema da concessão dos benefícios, projetando suas consequências – *mais quatro anos de castigo*. Além disso, a paródia evocada cumpre mesmo o papel de finalizar a análise, haja vista estar apoiada no caráter prescritivo, peculiar aos provérbios. Essa característica demonstra que a construção-derivada *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo* é meio pelo qual o enunciador resume sua análise e estabelece um

balanço acerca dos fatos tratados, revelando um ponto de vista sobre o assunto enfocado.

E esse ponto de vista é depreendido não de um provérbio convencional. Isso revelaria a validação da verdade consensual dentro do universo da notícia comentada e um enunciador subjugado ao discurso da tradição, comprometido com a imparcialidade. Ocorre que o que se defende advém de um provérbio parodiado, o que significa dizer que o enunciador atua sobre esse discurso de poder, jogando com a materialidade linguística e instaurando o jogo da alusão.

Em dimensão restrita, pelo confronto entre a versão derivada e a construção fonte, evidenciamos, por apelo à substituição e ao acréscimo, a interferência do sujeito enunciador no discurso da tradição. A forma pela qual ele interfere nesse discurso é determinante na postulação de sua imagem frente ao leitor.

Do provérbio-base, o dito derivado conserva a estrutura marcada pelo paralelismo. Para sua atualização, contudo, supomos que o articulista tenha promovido, em termos de processo de constituição, uma reelaboração que se delineia em três etapas.

Primeiro o enunciador efetua a seguinte inversão: o termo *bonança*, reservado no provérbio original ao segundo membro – *Depois da tempestade, a bonança* – passa a figurar no início do novo dito – *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*, substituindo, portanto, o termo de origem *tempestade*.

Em um segundo momento, o termo *tempestade*, reservado no provérbio original ao primeiro membro – *Depois da tempestade, a bonança* – passa a figurar no segundo membro – *Depois da bonança, a tempestade* – substituindo, agora, o termo *bonança*.

Finalmente, o termo *tempestade* dá lugar à expressão mais *quatro anos de castigo* na versão definida pelo enunciador: *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*.

Tanto a inversão primeira – *Depois da bonança, a tempestade* – quanto a substituição em segundo tempo – *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo* – foram feitas com vistas a se reescrever o ditado pelo fio discursivo da notícia discutida. O termo *bonança* faz clara referência aos benefícios distribuídos por Lula em sua jornada para garantir votos na eleição de 2006 e *mais quatro anos de castigo* remete ao próximo mandato do presidente.

Além disso, em nome desse mesmo efeito referencial, o enunciador promove, na inédita versão, a troca da ordem estabelecida pelo dito cristalizado. Se, pelo consenso, estabelece-se que mesmo as dificuldades mais terríveis são efêmeras, pela voz do enunciador, no contexto da gestão Lula, diz-se que são as facilidades mais agradáveis que se tornam passageiras.

Além desse efeito referencial proposto pela *reformulação* do provérbio, o que já produziria a subversão – lembrando que esta se define por promover a adaptação de um provérbio a novas situações – vale elucidar que há outro proveniente dessa a-

tivação do dito original. A paródia impetrada é mecanismo de releitura para as ideias estereotipadas. Pelo cruzamento das duas versões, fica claro que, se, na construção fonte, os tempos intranquilos não duram longo prazo, na construção derivada, e-nuncia-se que, depois de uma fase de desafogo – essa sim ocasional – voltam os períodos de crise. Dessa forma, a nova leitura proposta quer ressaltar os desagrvos duradouros do governo Lula, que poderiam ser (pela simples citação ao dito original), mas não são (conforme registra a inédita versão), intermitentes.

Por essa nova leitura, o enunciador põe em diálogo o velho dito e o dito novo, fazendo-nos ver que a heterogeneidade constitutiva é própria de seu discurso. Ao subverter o sentido original daquele saber amplamente difundido, ele não só se revela pessimista em relação ao futuro político do país, como também mostra que não é o seu pessimismo sentimento transitório, como o dito original faria entrever, mas sim seu frágil otimismo. Portanto, por meio dessa reenuniação proverbial, o articulista parece negar a verdade prescrita pelo senso comum.

A estratégia de reinventar, de modo recorrente, um dito canônico expõe a saturação da voz consensual. Ao mesmo tempo, sublinha o quanto é imperativo para o enunciador ler, de modo sempre inédito, o convencional. A insistente subversão à conformidade relativa ao discurso da tradição endossa a imagem daquele que, mesmo realizando um discurso que faz ecoar a voz alheia, quer demarcar sua tomada de consciência crítica.

E como a referida voz alheia é ecoada?

Em paralelo à análise engajada, visível nos discursos de Villas-Bôas Corrêa, através da *reformulação* paródica, há também em seu interior a produção de um apagamento da voz do enunciador executado por procedimentos linguístico-discursivos que promovem efeitos de sentido de objetividade, sedimentados, sobretudo, na recorrência, ainda que ao avesso, dos estereótipos parafraseados.

Se está claro que as reenunciações paródicas promovem uma instabilidade na estável linguagem estereotipada, é inegável também que o inevitável resgate ao provérbio, por inferência dos interlocutores, permite a estabilização das instabilidades. A estabilização pode ser marcada tanto em nível formal (aplicação da fórmula convencional) quanto de conteúdo (manutenção da orientação argumentativa) e revelar o quanto o articulista esforça-se para dar neutralidade à sua fala.

Em termos formais, ele se atém, por exemplo, a diversos modelos hospedeiros redutíveis a fórmulas sintéticas do tipo: Quem X, Y; Depois de X, Y; X é Y. Isto é o que flagramos em um dos provérbios recriados, por ora em análise: *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*.

O exemplo supracitado é recriado pelo processo da substituição. Sendo construção binária prevista pela língua, não há a necessidade de o sujeito enunciador repetir a construção convencional e ampliá-la na intenção de assegurar seu propósito argumentativo. Ao contrário, é suficiente chamar à cena o modelo formal padrão – já instaurado na memória discursiva do falante – fazendo dele hospedeiro da nova expressão posta em u-

so. Esse seria um procedimento para o apagamento das marcas dos interlocutores e para a apresentação do enunciador sob a aura da impessoalidade.

O sujeito-enunciador capta a atenção dos sujeitos-leitores, que são surpreendidos por uma forma que lhes soa familiar embora inédita. Essa familiaridade é dada também por outro traço típico da formulação proverbial, a saber: a síntese. Enunciados sintéticos, como são as expressões proverbiais, permitem ao enunciador dizer muito em poucas palavras. É isso o que verificamos a propósito também da outra recriação analisada: *Uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra*.

Constatamos, portanto, que a nova criação não anula nem destrói a construção original. Ao contrário, evoca-a, pois os efeitos da reenunciação dependem do reconhecimento do modelo padrão que lhe serviu de base e que é, pela língua, fornecido.

Pela captação à fórmula convencional, mecanismo típico da paráfrase (intertextualidade das semelhanças), o texto original parece deglutir o texto derivado. O enunciador, em consequência, instaura para si uma máscara que o identifica com a voz alheia atrás de si. Nesse sentido, o enunciador estabelece para ele mesmo uma imagem de objetividade, uma vez que expõe o dito como se nenhum sujeito estivesse implicado, num movimento monofônico.

Acrescentemos, além disso, a propriedade da prescrição como outro traço típico do dizer proverbial que é preservado nas reenunciações examinadas. A prescrição confere às reenun-

ciações defendidas pelo enunciador contornos de verdade soberana, imbuída de sabedoria e de credibilidade.

As análises elaboradas para os artigos nos deixam entrever que o poder de convencimento generalizado, próprio da natureza prescritiva dos provérbios, é recurso usado pelo enunciador para fazer da conclusão, *Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*, e do argumento *uma mão suja ajuda a emporalhar a outra*, verdades *incontestáveis* a orientar o leitor no entendimento do texto. Presa à tradição histórica de um grupo social, a verdade proverbial conquista graus plenos de adesão, independente da argumentação subsequente (OBELKEVICH, 1996, p. 53).

Nessa direção, percebemos que o deslocamento da versão proverbial inédita, relativamente à original, passa a ser mínimo, o que caracteriza o discurso parafrástico.

Em outro sentido, a análise das marcas linguísticas enunciadas pelo sujeito discursivo para a constituição do dito derivado tem demonstrado ser ele um desmistificador, desejoso, portanto, por desmistificar o tema central de seus artigos: a política interna brasileira. E essa desmistificação se dá não somente pelo conteúdo que as reenunciações veiculam, mas, sobretudo, pela forma que elas assumem.

Provocando instabilidades na estável linguagem dos ditos populares, o pensamento sobre o tema política passa a se desenrolar de modo mais criativo. Distingue-se, assim, de reflexões marcadas por modelos pré-fixados de raciocínio. Esse recurso

revela um enunciador mais crítico que, até, estrategicamente, podendo manter-se fiel ao padrão objetivo, peculiar ao discurso jornalístico, faz, ainda assim, uma leitura inédita e elucidativa da história política do Brasil.

Em linhas gerais, restringindo as questões da política interna à superficialidade de uma avaliação que as julgasse, por exemplo, como forma de enganação, o pensamento se aproximaria do senso comum, da automatização da informação, da paráfrase. Esse seria, inclusive, o caso próprio dos provérbios, e-nunciações que seguem caminhos já trilhados, “desenvolvendo-se de acordo com padrões pré-moldados de pensamento e de expressão” (TAGNIN, 1989, p. 57).

Entretanto, o articulista demonstra que sua finalidade maior é a de distanciar-se do senso comum concernente à apreensão do tema. Para tanto modifica, por meio das sistemáticas reenunciações proverbiais, pensamentos cristalizados a esse respeito, delimitando, com clareza, o que lhe é exterior.

Ocorre, contudo, que essa exterioridade parece ser, ao mesmo tempo, constitutiva de seu próprio discurso, haja vista o articulista apoiar-se nesses mesmos pensamentos cristalizados para afirmar a sua originalidade, instaurando, assim, em seus artigos de análise, uma espécie de bifurcação.

Assim é que Villas-Bôas Corrêa, ao mesmo tempo em que garante a progressão textual – delimitando com clareza sua originalidade, dentro do discurso que produz – retroage, por apelo a uma necessária memória discursiva, no sentido de captu-

rar uma exterioridade que é também constitutiva de sua argumentação. Já dito e redito instalam-se na materialidade discursiva do texto argumentativo de Villas-Bôas Corrêa confirmando a ideia de um discurso bifurcado – heterogêneo/dialogico – e nos fazendo apreender um enunciador atravessado, em sua identidade, por outros sujeitos.

Ao fim e ao cabo, entretanto, esses outros sujeitos (sintetizados sob a designação *vox populi*) são invocados como vozes auxiliares, contribuindo para o reconhecimento e a autoridade do enunciador. Isso porque ao lançar mão desse mecanismo textual de retroação, pela busca do convencional, e, ao mesmo tempo, de progressão, ao apontar para o novo, o sujeito substitui mesmo a superficial análise política por um olhar que desbrava, embora a distância, os bastidores da política interna brasileira. Exibe assim sua complexidade e traça uma imagem bastante particular de si mesmo.

O emprego da reenuniação proverbial, como uma marca de afirmação de um ponto de vista, só faz acentuar a insistente reformulação em torno do pensamento político. Na tática da limitada recorrência ao clichê, ao estereótipo, tanto sob a forma, quanto relativamente ao conteúdo, o sujeito enunciador está apenas submetido à banalização de um ponto de vista comum e conservador sobre a política interna brasileira. Na confluência dialógica entre a versão convencional dos ditos populares e sua inovação, ocorre o desmascarar do discurso institucionalizado. Em consequência, caem as máscaras do lugar-comum sobre o

tema em foco para entrar em cena, através de inúmeros artifícios linguísticos, a autêntica face do enunciador.

A presença dos estereótipos parodiados corrobora a dualidade de vozes na medida em que sendo tributáveis do passado são, principalmente, expostos à originalidade. Assim, o enunciador subverte os cânones e reitera seu alcance significativo, o que diz a respeito não só da sua presença e domínio, ainda que ilusório, sobre seu próprio discurso, como também do funcionamento dialógico dos seus artigos de opinião.

4. Considerações finais

Todas as constatações até aqui elaboradas acerca do comentário jornalístico de Villas-Bôas Corrêa só foram passíveis de evidência uma vez que relacionamos o dito atual do enunciador Villas-Bôas Corrêa (reenuniação parafrástica), com o não dito – o que da análise emerge (reenuniação paródica) – e com o já-dito – a voz popular. Ao analisarmos essas relações dialógicas no interior do discurso estudado, isto é, ao examinarmos o *falar* de Villas-Bôas Corrêa como o falar de outra fala, nos moldes da perspectiva de Authier-Revuz (1982), buscamos compreender a posição desse sujeito, ora aliada ao discurso do outro, ora contrária à fala de outrem. Ao inovar o dito por meio de sua própria enuniação é que Villas-Bôas Corrêa pôde construir a sua identidade, já que esse falar consistiu em ser, simultaneamente, um testemunho de si e do outro. (CHARAUDEAU, 2006a, p.161)

Desse modo, toda essa dinâmica descortinada a respeito do discurso pesquisado nos faz ver que, mesmo em artigos de análise assinados, o dialogismo pode ser efetivamente mostrado. Como vimos, a voz alheia foi empregada, sob o contorno do já-dito, tanto para dar certa objetividade às argumentações propostas, quanto para garantir, sob a égide do redito, a inserção ou o domínio do enunciador.

Sem dúvida, a maneira de representar o discurso do outro, por apelo, ou ao distanciamento ao consenso, ou à adesão à *vox populi*, exhibe a posição do enunciador e confere ao artigo de análise assinado ora um caráter subjetivo, ora objetivo. Os textos de Villas-Bôas Corrêa demonstram que mesmo o artigo de opinião assinado é lugar de um ecoar de vozes, contrariando a suposição de que tal gênero textual seria aparentemente monofônico se comparado ao gênero notícia, assumidamente polifônico (CUNHA, 2005, p. 166).

No diálogo com um já-dito aludido aparece a voz da coletividade; a partir daí, na constituição do redito emerge um sujeito que constrói novos sentidos. E como essas relações são tecidas por movimentos intertextuais (da paráfrase e da paródia), confirmamos, a partir da análise das intervenções do sujeito enunciador, ser possível encontrarmos, no interior dos artigos de opinião, textos atravessados por um dialogismo também mostrado. Em suma, o artigo de opinião define-se como gênero, assumidamente, polifônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité construtive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, n° 26, p.91-151, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, UNICAMP, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p.166-179, 2005.

GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n° 73, março, p.112-125, 1984.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. *Poétique*. Coimbra: Livraria Almedina, n° 27, p. 5-49, 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In: BURKE, P. e PORTER, R. (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, p. 43-81, 1997.

TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.